

DIÁRIO OFICIAL

ESTADO DA PARAÍBA

N° 14.569

SEDAM.

João Pessoa - Domingo, 13 de Fevereiro de 2011

ATOS DO PODER EXECUTIVO

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 167, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2011

Transforma Órgão Estadual, altera dispositivos da Lei nº 8.186, de 17 de março de 2007, e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DA PARAÍBA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 63, § 3º, da Constituição do Estado, adota a seguinte Medida Provisória, com força de Lei:

Art. 1º Fica transformada a atual Secretaria Especial de Estado da Representação Institucional - SERI na Secretaria de Estado do Desenvolvimento e da Articulação Municipal -

§ 1º A Secretaria de Estado do Desenvolvimento e da Articulação Municipal tem sede e foro na Capital do Estado da Paraíba.

§ 2º Ficam transformados os cargos especificados, na forma do Anexo I desta Medida Provisória, sem que haja qualquer alteração na despesa com pessoal.

Art. 2º Os dispositivos abaixo especificados da Lei nº 8.186, de 17 de março de 2007, passa a viger com a seguinte redação:

Art. 1°
V –:
o) Secretaria de Estado do Desenvolvimento e da Articulação Municipal – SEDAM;
Art. 3°

XXI – SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO E DA ARTI-

a) Formular a política de desenvolvimento municipal do Estado e a assistência técnica abrangente às municipalidades e associações de municípios em relação ao desenvolvimen-

to e ao aprimoramento de seus serviços; b) Definir políticas, planejamento, execução e coordenação das atividades ligadas

ao desenvolvimento urbano e regional, incluindo aglomerações urbanas;

c) Articular com entidades e programas federais e estaduais para a coordenação dos interesses do Estado e de Municípios paraibanos quanto à obtenção de recursos e apoio técnico especializado;

d) Integrar os Municípios, a fim de ordenar o pleno desenvolvimento das cidades e garantir o bem-estar dos habitantes;

e) Fomentar o desenvolvimento de Regiões Metropolitanas, no Estado da Paraíba;

f) Articular, no âmbito do Poder Público Estadual, os programas governamentais destinados ao desenvolvimento municipal, priorizando o encaminhamento para aqueles que detenham os menores índices de desenvolvimento humano.

Art. 3º Fica criado, na estrutura organizacional básica do Poder Executivo Estadual, o Escritório de Representação Institucional do Estado da Paraíba, com autonomia orçamentária e financeira e com sede e foro na Capital Federal, vinculada à Secretaria de Estado do Governo.

Parágrafo único. Os cargos que compõem a unidade criada nos termos deste Artigo são os definidos no Anexo II desta Medida Provisória.

Art. 4º O Programa Vida Criança – 5011, previsto nas Leis nos 8.484, de 09 de janeiro de 2008, e 9.327, de 11 de janeiro de 2011, passa a ser vinculado à Secretaria de Estado da

Art. 5º Esta Medida Provisória entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA, em João Pessoa, 11 de fevereiro de 2011; 123º da Proclamação da República.

ANEXO I CARGOS PERTENCENTES À SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO E DA ARTICULAÇÃO MUNICIPAL

Preço: R\$ 2,00

DA ARTICULAÇÃO MUNICITAL						
CARGO ATUAL	SÍMBOLO	QUANTITA TIVO	CARGO TRANSFORMADO	SÍMBOLO	QUANTITA TIVO	
CARGO ATUAL	SIMBOLO	1110	Secretário de Estado do	SIMBOLO	11110	
Secretário Especial de Estado			Desenvolvimento e da			
da Representação Instituciona	d CDS-1	1	Articulação Municipal	CDS-1	1	
			Secretário Executivo da Secretaria de Estado do			
			Desenvolvimento e da			
Consultor Técnico do Govern	o CAD-1	1	Articulação Municipal	CDS-2	1	
			, , , , , , , , , , , , , , , , , , , ,			
			Chefe de Gabinete da			
			Secretaria de Estado do			
			Desenvolvimento e da			
Assistente de Gabinete I	CAD-6	2	Articulação Municipal	CAD-3	1	
			Secretário do Secretário de Estado do			
			Desenvolvimento e da			
Assistente de Gabinete I	CAD-6	1	Articulação Municipal	CAD-6	1	
		1	Secretário do Secretário			
Secretário do Secretário			Executivo da Secretaria			
Executivo da Secretaria Especial de Estado da			de Estado do Desenvolvimento e da			
Representação Institucional	CAD-6	1	Articulação Municipal	CAD-6	1	
		(Coordenador da			
			Assessoria			
		J	urídica da			
		5	Secretaria de			
			Estado do			
Assessor de		-	Desenvolvimento			
Gabinete do			da Articulação			
Governador	CAD-4		Municipal	CAD-4	1	
Governador	CAD-4		Assistente Jurídico	CAD-4	-	
			la Secretaria de			
			Estado do			
A			Desenvolvimento			
Assistente de	CAR		da Articulação	CAR		
Gabinete I	CAD-6		Municipal	CAD-6	1	
			Assessor de			
			mprensa da			
			Secretaria de			
			Estado do			
			Desenvolvimento			
Assistente de			da Articulação			
Gabinete I	CAD-6		Municipal	CAD-7	1	
			Gerente de			
			Administração e			
			Tecnologia da			
			nformação da			
		5	Secretaria de			
		I	Estado do			
Assessor de		1	Desenvolvimento			
Gabinete do		e	da Articulação			
Governador	CAD-4		Municipal	CGI-1	1	
			Gerente de			
		I	Planejamento e			
			Finanças da			
			Secretaria de			
			Estado do			
Assessor de		_	Desenvolvimento			
Gabinete do			da Articulação			
	G . B .		Municipal	CGI-1		
Governador	CAD-4	1 N	/lunicinal		1	

			Gerente		
			Operacional de		
			Apoio		
			Administrativo da		
			Secretaria de		
			Estado do		
			Desenvolvimento		
Assistente de			e da Articulação		
Gabinete I	CAD-6	1	Municipal	CGI-2	1
			Gerente		
			Operacional de		
Assistente de			Acompanhamento		
Gabinete I	CAD-6	1	de Convênios	CGI-2	1
			Gerente Executivo		
Assessor de			de Intercâmbio e		
Gabinete do			Promoção		
Governador	CAD-4	1	Municipal	CGF-1	1
			Gerente Executivo		
Assessor de			de		
Gabinete do			Desenvolvimento		
Governador	CAD-4	1	Urbano e Regional	CGF-1	1
			Gerente		
			Operacional de		
Assistente de			Projetos Especiais		
Gabinete I	CAD-6	1	para os Municípios	CGF-2	1
Gerente			Gerente		
Operacional de			Operacional de		
Articulação			Articulação		
Institucional	CGF-2	1	Institucional	CGF-2	1

ANEXO II CARGOS PERTENCENTES AO ESCRITÓRIO DE REPRESENTAÇÃO INSTITUCIONAL DO ESTADO DA PARAÍBA

		QUAN TITAT	CARGO TRANSFOR		QUAN TITATI
CARGO ATUAL	SÍMBOLO		MADO	SÍMBOLO	
			Secretário		
Secretário			Executivo do		
Executivo da			Escritório de		
Secretaria Especial			Representação		
de Estado da			Institucional do		
Representação			Estado da		
Institucional	CDS-2	1	Paraíba	CDS-2	1
			Assessor Técnico		
Assessor Técnico			de Intercâmbio		
de Intercâmbio da			do Escritório de		
Secretaria Especial			Representação		
de Estado da			Institucional do		
Representação			Estado da		



GOVERNO DO ESTADO Governador Ricardo Vieira Coutinho

SECRETARIA DE ESTADO DA COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL

A UNIÃO Superintendência de Imprensa e Editora BR 101 - Km 03 - Distrito Industrial - João Pessoa-PB - CEP 58082-010

Severino Ramalho Leite SUPERINTENDENTE

José Arthur Viana Teixeira DIRETOR ADMINISTRATIVO

Ana Elizabeth Torres Souto DIRETORA TÉCNICA

Albiege Lea Araújo Fernandes DIRETORA DE OPERAÇÕES



Editor: Walter de Souza

Fones: 3218-6521/3218-6526/3218-6533 - E-mail:diariooficial@aunião.pb.gov.br Assinatura: (83) 3218-6518

Anual	R\$ 4	100.00
Semestral		
Número Atrasado	-	,

Institucional	CAD-2	2	Paraíba	CAD-2	2
			Chefe de		
			Gabinete do		
Chefe de Gabinete			Escritório de		
da Secretaria			Representação		
Especial de Estado			Institucional do		
da Representação			Estado da		
Institucional	CAD-3	1	Paraíba	CAD-3	1
			Secretário do		
			Secretário		
			Executivo do		
Secretário do			Escritório de		
Secretário Especial			Representação		
de Estado da			Institucional do		
Representação			Estado da		
Institucional	CAD-6	1	Paraíba	CAD-6	1
			Gerente de		
Gerente de			Administração,		
Administração,			Planejamento,		
Planejamento,			Orçamento e		
Orçamento e			Finanças do		
Finanças da			Escritório de		
Secretaria Especial			Representação		
de Estado da			Institucional do		
Representação			Estado da		
Institucional	CGI-1	1	Paraíba	CGI-1	1

SECRETARIAS DE ESTADO

Secretaria de Estado da Segurança e Defesa Social

DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO

PORTARIA Nº 078/2011-DS

João Pessoa, 01 de fevereiro de 2011.

O DIRETOR SUPERINTENDENTE DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO-DETRAN/PB, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 9º, I, da Lei nº 3.848 de 15.06.76, combinado com o Decreto nº 7.065, de 08.10.76, modificado pelo Artigo nº 24, do Decreto Estadual nº 7.960, de 07 de março de 1979,

RESOLVE:

I-Nomear FRANCISCO CLEMENTINO DE SOUZA, para o cargo de Chefe da Seção de Fiscalização de Trânsito da 1ª CIRETRAN, localizada no município de Campina Grande-PB, Símbolo DAS-5, do Quadro de Pessoal Comissionado deste Departamento.

II-Encaminhe-se à Divisão de Recursos Humanos, para as devidas anotações. Publicada no Diário Oficial do Estado em 03.02.2011.

Republicada por incorreção.

PORTARIA Nº 107/2011-DS

João Pessoa, 07 de fevereiro de 2011.

O DIRETOR SUPERINTENDENTE DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO-DETRAN/PB, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 9º, I, da Lei nº 3.848 de 15.06.76, combinado com o Decreto nº 7.065, de 08.10.76, modificado pelo Artigo nº 24, do Decreto Estadual nº 7.960, de 07 de março de 1979,

RESOLVE:

I-Designar os servidores Pedro Erival Costa, matrícula nº 3015-5, Charles Andrade de Aragão, matrícula nº 3686-2, Júlio de Souza Neto, matrícula nº 3488-6, José Fernandes Juvêncio de Oliveira, matrícula nº 3937-3 (vistoriador) e Francisco Laranjeira de Lacerda, matrícula nº 3684-6 (vistoriador), para sob a presidência do primeiro, comporem a Comissão Especial de Leilão de Veículos Apreendidos, com mandato de 01 (um) ano;

II-Encaminhe-se à Divisão de Recursos Humanos, para as devidas anotações.

PORTARIA Nº 108/2011-DS

João Pessoa, 09 de fevereiro de 2011.

O DIRETOR SUPERINTENDENTE DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO-DETRAN/PB, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 9º, I, da Lei 5.06.76, combinado com o Decreto nº 7.065, de 08.10.76, modificado pelo Artigo nº 24, do Decreto Estadual nº 7.960, de 07 de março de 1979 e, em conformidade com o que consta no Processo nº 00013.001752/2011-9,

RESOLVE:

I-Transferir a pedido, a servidora MARIA DO SOCORRO NUNES PEREIRA, matrícula nº 3272-7, Advogada, lotada na 1ª CIRETRAN, localizada no município de Campina Grande-PB, para prestar seus serviços na sede deste Departamento.

II-Encaminhe-se à Divisão de Recursos Humanos, para as devidas anotações.

PORTARIA Nº 110/2011-DS

João Pessoa, 10 de fevereiro de 2011.

O DIRETOR SUPERINTENDENTE DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE

TRÂNSITO-DETRAN/PB, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 9° , I, da Lei n° 3.848 de 15.06.76, combinado com o Decreto n° 7.065, de 08.10.76, modificado pelo Artigo n° 24, do Decreto Estadual n° 7.960, de 07 de março de 1979 e, em conformidade com o que consta no Processo n° 00016.000426/2011-6,

RESOLVE:

I-Remover a pedido, o servidor ANTONIO SOARES DA COSTA FILHO, matrícula nº 0112-1, Analista de Trânsito, lotado na sede deste Departamento, para desenvolver suas atividades de trabalho no Posto de Trânsito, localizado no município de Belém-PB.

II-Encaminhe-se à Divisão de Recursos Humanos, para as devidas anotações.

PORTARIA Nº 113/2011-DS

João Pessoa, 11 de fevereiro de 2011.

O DIRETOR SUPERINTENDENTE DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO-DETRAN/PB, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 9°, I, da Lei nº 3.848 de 15.06.76, combinado com o Decreto nº 7.065, de 08.10.76, modificado pelo Artigo nº 24, do Decreto Estadual nº 7.960, de 07 de março de 1979 e, em conformidade com o que consta no Processo nº 00016.000426/2011-6,

RESOLVE:

I-Remover o servidor MANOEL FELIX DE LIMA, matrícula nº 0225-9, Assistente Administrativo, lotado na 15ª CIRETRAN, localizada no município de Mamanguape-PB, para desenvolver suas atividades de trabalho na sede deste Departamento.

II-Encaminhe-se à Divisão de Recursos Humanos, para as devidas anotações.

Rodrigo Augusto de Carvalho Costa Diretor Superintendente

Secretaria de Estado da Receita

RESENHA N° 008/2011

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA RECEITA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 45, inciso XVIII, do Decreto nº 25.826, de 15 de abril de 2005 e tendo em vista parecer da Gerência Executiva de Tributação, despachou os processos abaixo discriminados:

1058802010-9	EXPRESSO GUANABARA S.A	Solicita informação, referente à regularização da operação mencionada.	CONSULTA FISCAL
0032142011-0	JOSEILSON GUILHERME DA SILVA	ISENÇÃO DE ICMS — DEFICIENTE FÍSICO	DEFERIMENTO- REPUBLICADO POR INCORREÇÃO
0042442011-2	GENIVAL ALVES DIAS	ISENÇÃO DE ICMS - DEFICIENTE FÍSICO	DEFERIMENTO
0020432011-9	FRANCISCO CARLOS R TRAVASSOS	ISENÇÃO DE ICMS — DEFICIENTE FÍSICO	INDEFERIMENTO
0027372011-2	ALCIDES BARRETO BRITO NETO	ISENÇÃO DE ICMS — DEFICIENTE FÍSICO	INDEFERIMENTO
1183462010-4	MARLENE SANTOS DA SILVA	ISENÇÃO DO ITCD	DEFERIMENTO PARCIAL
1100102009-0	JOSE FABIO ARAUJO MATOS	ALTERAÇÃO DO DAR	DEFERIMENTO
1086462010-1	CIRURGICA SANTA BARBARA LTDA	REGIME ESPECIAL	DEFERIMENTO
0907572009-2	MUSSULO EMPREENDIMENTOS DE HOTELARIA ADMINISTRAÇÃO VENDA E LOCAÇÃO LTDA	REGIME ESPECIAL	INDEFERIMENTO
1253492010-3	CONSTRUTORA JSP LTDA	REGIME ESPECIAL	DEFERIMENTO
1255632010-9	SANTERRA CONSTRUÇÕES E COMERCIO LTDA	REGIME ESPECIAL	DEFERIMENTO
1169192010-0	CATARINA FERREIRA TORQUATO ROCHA	REGIME ESPECIAL	DEFERIMENTO
0615372010-2	REFRESCO GUARARAPES LTDA	REGIME ESPECIAL	DEFERIMENTO
0005372011-3	GFR IMPORTAÇÃO E REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA	REGIME ESPECIAL- CASSAÇÃO	DEFERIMENTO
0006832011-6	CHOCOLATES GAROTO S.A	REGIME ESPECIAL - CASSAÇÃO	DEFERIMENTO
0124562010-0	PRIMO SCHINCARIOL INDUSTRIA DE CERVEJAS E REFRIGERANTES DO NORDESTE S. A	REGIME ESPECIAL	DEFERIMENTO
0072372011-8	CIPATEX DO NORDESTE S.A	REGIME ESPECIAL - CASSAÇÃO	DEFERIMENTO
0721332010-6	CONSTRUÇÕES E COMERCIO CAMARGO CORREIA S.A	REGIME ESPECIAL	INDEFERIMENTO
0790492010-7	INJETAR NORDESTE INDUSTRIA E COMERCIO DE COMPONENTES PARA CALÇADOS LTDA	REGIME ESPECIAL	DEFERIMENTO
0878092009-8	COMPANHIA DE AGUAS E ESGOTOS DA PARAIBA - CAGEPA	REGIME ESPECIAL	DEFERIMENTO
1154742010-3	WHITE MARTINS GASES INDUSTRIAIS DO NORDESTE S.A	REGIME ESPECIAL - PRORROGAÇÃO	DEFERIMENTO
0010032011-2	TNT MERCURIO CARGAS E ENCOMENDAS EXPRESSAS S.A	REGIME ESPECIAL - PRORROGAÇÃO	DEFERIMENTO
0851072009-6	INDUSTRIA METALURGICA SILVANA S.A	REGIME ESPECIAL - PRORROGAÇÃO	DEFERIMENTO
1159532010-5	EMPRESA BRASILEIRA DE TELECOMUNICAÇÕES S.A - EMBRATEL	REGIME ESPECIAL - PRORROGAÇÃO	DEFERIMENTO

DEFERIMENTO	regime especial - Prorrogação	EMPRESA BRASILEIRA DE TELECOMUNICAÇÕES S.A - EMBRATEL	1159652010-8
DEFERIMENTO	CORREÇÃO DE SUBSTITUIÇÃO TRIBUTARIA	ATLANTICA NEWS DISTRIBUIDORA DE BEBIDAS LTDA	0833312010-5
DEFERIMENTO	RESSARCIMENTO	NOVA DISTRIBUIDORA DE BEBIDAS LTDA	1168312010-8
DEFERIMENTO	RESSARCIMENTO	PETROBRAS DISTRIBUIDORA S.A	0994402010-9
DEFERIMENTO	RESSARCIMENTO	NOVA DISTRIBUIDORA DE BEBIDAS LTDA	0934432010-1
DEFERIMENTO	RESSARCIMENTO	NOVA DISTRIBUIDORA DE BEBIDAS LTDA	1077442010-3
DEFERIMENTO	RESSARCIMENTO	NOVA DISTRIBUIDORA DE BEBIDAS LTDA	1168242010-8
INDEFERIMENT	restituição do IPVA	PEDRO GONÇALVES DE ALMEIDA	1274532010-6
DEFERIMENTO	restituição do IPVA	ODILON REGIS DE AMORIM NETO	1036962010-0
DEFERIMENTO	RESTITUIÇÃO DO IPVA	JORGIANE VIEIRA BEZERRA	1123292010-0
DEFERIMENTO PARCIAL	restituição do imposto	ERNANDO ALVES DE LIMA	1052642010-3
DEFERIMENTO	RESTITUIÇÃO DO IMPOSTO	L & L FOTOGRAFIAS LTDA	0909842009-5
DEFERIMENTO	restituição do imposto	EDNA MARIA PINHEIRO DANTAS DO NASCIMENTO	1034462010-7
DEFERIMENTO	restituição do imposto	MARCELO CAMPELLO PARANHOS FERREIRA	1054942010-0
DEFERIMENTO	RESTITUIÇÃO DO IMPOSTO	ANDREIA ALVES DE SOUZA	0753792010-9
DEFERIMENTO	RESTITUIÇÃO DO IMPOSTO	ALMEIDA COMERCIO DE PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA	0921582010-8
DEFERIMENTO	RESTITUIÇÃO DO IMPOSTO	A CANDIDO & CIA LTDA	0703492010-9
DEFERIMENTO	RESTITUIÇÃO DO IMPOSTO	LUBNORTE COMERCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA	1026672010-2
DEFERIMENTO	restituição do itcd	MARIA DO SOCORRO LOPES DO BU	0608592009-1
DEFERIMENTO	RESTITUIÇÃO DO ITCD	ROSEMARY ALVES DE ARAUJO	0887452010-7
DEFERIMENTO	RESTITUIÇÃO DO IMPOSTO	BRASPEIXE S.A	0640622010-2

João Pessoa, 09 de fevereiro de 2011.

RUBENS ACCITIO LINS Secretário de Estado da Receita

CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS

 $Ac\'{o}rd\~{a}o \quad n^o \ 014/2011$

Recurso HIE/VOL/CRF-401/2009

- 1^{a} RECORRENTE: GERÊNCIA EXECUTIVA DE JULGAMENTO DE PROCESSOS FISCAIS
- 1ª RECORRIDA: ENGARRAFAMENTO COROA LTDA.
- 2ª RECORRENTE: ENGARRAFAMENTO COROA LTDA.
- $2^{\rm a}$ RECORRIDA: GERÊNCIA EXECUTIVA DE JULGAMENTO DE PROCESSOS FISCAIS REPRESENTANTE: GIORDANA DE MELO AZEVEDO COLAÇO

PREPARADORA: COLETORIA ESTADUAL DE PATOS

AUTUANTES: SÉRGIO RICARDO A. NASCIMENTO E ROBERTO ELI PATRÍCIO DE BARROS

RELATOR: CONS. SEVERINO CAVALCANTI DA SILVA

RECURSOS HIERÁRQUICO DESPROVIDO E VOLUNTÁRIO PARCIALMENTE PROVIDO. FALTA DE RECOLHIMENTO DO ICMS SOBRE PRESTAÇÕES DE SERVIÇO DE TRANSPORTE - SUBSTITUTO TRIBUTÁRIO - CONFIRMAÇÃO - DESCONFIGURADA A ACUSAÇÃO QUANTO ÀS PRESTAÇÕES PROMOVIDAS POR AUTÔNOMOS EM OPERAÇÕES INTERESTADUAIS. FALTA DE RECOLHIMENTO DO ICMS - DESCONSTITUÍDA A EXIGÊNCIA DE COMPLEMENTAÇÃO DE ALÍQUOTAS. LEVANTAMENTO FINANCEIRO - CONFIRMAÇÃO PARCIAL. AUTO DE INFRAÇÃO PARCIALMENTE PROCEDENTE. MANTIDA A DECISÃO RECORRIDA COM ALTERAÇÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO.

- A não inclusão dos valores referentes às prestações de serviço de transporte, tomadas pela recorrente na condição de substituta tributária, na base de cálculo das operações e a não comprovação do efetivo recolhimento daqueles valores conduziram à legitimidade dessa exigência fiscal.
- A alíquota a ser aplicada nas prestações de serviço de transporte, promovidas por condutores autônomos e tomadas por contribuintes situados em território paraibano, depende da localização geográfica e da condição do destinatário, se contribuinte do imposto. Derrocada da pretensão fiscal por falta de anteparo legal.

- A alíquota de 25% incidente sobre o produto "bebidas alcoólicas, exceto aguardente", não é extensiva, obrigatoriamente, a todos os seus tipos de embalagens. Ademais, a não utilização de técnica de auditoria apropriada e a falta de previsão legal expressa levaram à desconstituição do lançamento efetuado.

- Equívocos nos cálculos e a produção de provas pela autuada produziram a reforma do valor do crédito tributário exigido mediante a técnica de auditoria de Levantamento Financeiro.

Acórdão nº 015/2011 Recurso HIE/CRF-058/2010

Recorrente: GERÊNCIA DE JULGAMENTO DE PROCESSOS FISCAIS.

Recorrida: TRANSPORTE MANN LTDA.

Preparadora: COLETORIA ESTADUAL DE ALHANDRA.

Autuantes: ALEXANDRE M. G. DE B. MOREIRA E PETRÔNIO RODRIGUES LIMA.

Relatora: CONS^a. GIANNI CUNHA DA SILVEIRA CAVALCANTE.

RECURSO HIERÁRQUICO PARCIALMENTE PROVIDO. TERMO DE RESPONSABILIDADE DE MERCADORIAS EM TRÂNSITO – FALTA DE BAIXA - COMPROVAÇÃO DO DESINTERNAMENTO DE PARTE DAS MERCADORIAS - AUTO DE INFRAÇÃO PARCIALMENTE PROCEDENTE. DECISÃO SINGULAR MODIFICADA.

A omissão de baixa do Termo de Responsabilidade de Mercadorias em Trânsito caracteriza a presunção juris tantum de que essas mercadorias foram internadas neste Estado. Com a apresentação de provas eficazes para a comprovação do desinternamento de parte das mercadorias, impõe-se a redução do crédito tributário respectivo.

Acórdão nº 016/2011

Recurso HIE/CRF-073/2010

Recorrente: GERÊNCIA EXECUTIVA DE JULGAMENTO DE PROCESSOS FISCAIS

Recorrido: JOAQUIM BARBOSA VIEIRA NETO
Preparadora: COLETORIA ESTADUAL DE SOUSA
Autuante: GISLAINE ARAÚJO DE MEDEIROS
Relator: CONS. SEVERINO CAVALCANTI DA SILVA

RECURSO HIERÁRQUICO DESPROVIDO. FALTA DE RECOLHIMENTO DE ICMS ANTECIPADO. DECADÊNCIA DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO. CONFIRMAÇÃO. MANTIDA A DECISÃO RECORRIDA. AUTO DE INFRAÇÃO IMPROCEDENTE.

A decadência tributária enquanto causa extintiva do crédito tributário, consiste na perda do direito da Fazenda Pública de constituir o lançamento dentro do prazo legalmente estabelecido. Efetivada a notificação ao sujeito passivo somente após decorrido o referido prazo, configurando-se, portanto, a caducidade do lançamento, face ao instituto da decadência.

Acórdão nº 017/2011 Recurso HIE/CRF-038/2010

Recorrente: GERÊNCIA EXECUTIVA DE JULGAMENTO DE PROCESSOS FISCAIS

Recorrido: INDUSTRIA YVEL LTDA

Preparadora: COLETORIA ESTADUAL DE CAMPINA GRANDE

Autuante: WANDERLINO VIEIRA FILHO
Relator: CONS. JOSÉ DE ASSIS LIMA

RECURSO HIERÁRQUICO DESPROVIDO. ERRO NA DESCRIÇÃO DA NATUREZA DA INFRAÇÃO. MANTIDA A DECISÃO RECORRIDA. AUTO DE INFRAÇÃO NULO.

Erro na caracterização da natureza da infração e na metodologia de procedimento da técnica fiscal prejudicaram a consistência da ilicitude. A falta de certeza e clareza da denúncia, além de imprecisão na técnica de apuração para a constatação de uso indevido de crédito fiscal, gerou vícios formal e material no lançamento tributário. Necessário se faz a realização de novo faito.

Acórdão nº 018/2011 Recurso VOL/CRF-113/2009

Recorrente : GILBERTO BICICLETAS COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA.

RECORRIDA: GERÊNCIA DE JULGAMENTO DE PROCESSOS FISCAIS – GEJUP INTERESSADO: ANDRÉ ADVINCULA – OAB/PE nº 18.350

INTERESSADO: ANDRE ADVINCULA – OAB/PE nº 18.350
Preparadora: RECEBEDORIA DE RENDAS DE CAMPINA GRANDE

Autuante: WANDERLINO VIEIRA FILHO

RELATOR :CONS. SEVERINO CAVALCANTI DA SILVA

RECURSO VOLUNTÁRIO PARCIALMENTE PROVIDO. DECLARAÇÃO DE VENDAS EM VALORES INFERIORES AOS FORNECIDOS PELAS OPERADORAS DE CARTÕES DE CRÉDITO/DÉBITO. AJUSTES REALIZADOS. AUTO DE INFRAÇÃO PARCIALMENTE PROCEDENTE. MODIFICADA A DECISÃO RECORRIDA.

O acusado não apresentou provas capazes de elidir a presunção juris tantum de omissão de saídas de mercadorias tributáveis nas operações com cartões de crédito e débito. Ajustes realizados nos cálculos iniciais, mediante diligência fiscal, consideraram as saídas de ECF, as do talonário de notas fiscais Série D e as de notas fiscais Modelo 1, levando à diminuição do crédito tributário devido.

Acórdão nº 019/2011

Recurso VOL/CRF-114/2009

Recorrente: GILBERTO BICICLETAS COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA. RECORRIDA: GERÊNCIA DE JULGAMENTO DE PROCESSOS FISCAIS – GEJUP

Preparadora : RECEBEDORIA DE RENDAS DE CAMPINA GRANDE INTERESSADO: ANDRÉ ADVINCULA - OAB/PE nº 18.350

Autuante: WANDERLINO VIEIRA FILHO

RELATOR: CONS. SEVERINO CAVALCANTI DA SILVA

RECURSO VOLUNTÁRIO PARCIALMENTE PROVIDO. DE-CLARAÇÃO DE VENDAS EM VALORES INFERIORES AOS FORNECIDOS PELAS OPERADORAS DE CARTÕES DE CRÉ-DITO/DÉBITO. AJUSTES REALIZADOS NOS LEVANTA-MENTOS INICIAIS. AUTO DE INFRAÇÃO PARCIALMEN-TE PROCEDENTE. MODIFICADA A DECISÃO RECORRI-DA

O acusado não apresentou provas capazes de elidir a presunção juris tantum de omissão de saídas de mercadorias tributáveis nas operações com cartões de crédito e débito. Ajustes realizados nos cálculos iniciais, mediante diligência fiscal, consideraram as saídas de ECF, as do talonário de notas fiscais Série D e as de notas fiscais Modelo 1, levando à diminuição do crédito tributário devido.



PBPrev - Paraíba Previdencia

RESENHA/PBPREV/GP/N° 019-2011

O Presidente da **PBprev-Paraíba Previdência**, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelos incisos I, II e III do art. 11 da Lei nº 7.517, de 30 de dezembro de 2003, **DEFERIU** o(s) processo(s) abaixo relacionado(s):

	Processo	Requerente	Matrícula	Assunto
01	30474-10	MARIA LINDALVA DE ARAUJO	26.361-3	REV. DE APOSENTADORIA
02	240-11	ELBA LUCENA TOSCANO DE	46.719-7	REV. DE APOSENTADORIA
		BRITO		
03	30585-10	EMI DE BRITO E SOUZA MARTINS	45.519-9	REV. DE APOSENTADORIA
04	34128-10	TERESA NELMA TARGINO	55.424-3	REV. DE APOSENTADORIA
05	30455-10	MARIA DA ASSUNÇÃO LEITE DE	16.021-1	REV. DE APOSENTADORIA
		SOUZA		
06	31479-10	FRANCISCA FERREIRA DA	58.057-1	REV. DE APOSENTADORIA
		SILVEIRA		
		OIL V LII V V		

João Pessoa, 08 de fevereiro de 2011.

